



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO MAUÁ



***PLANO MUNICIPAL DE
ATENDIMENTO
SOCIOEDUCATIVO
PORTO MAUÁ-RS***



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO MAUÁ

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO	3
2. INTRODUÇÃO	4
3. PRINCÍPIOS.....	5
4. DIRETRIZES	6
5. OBJETIVOS.....	8
5.1 Objetivo Geral.....	8
5.2 Objetivo Específico	8
6. MARCO LEGAL.....	9
6.1 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	9
7. FINANCIAMENTO	15
8. MARCO SITUACIONAL	16
8.1 Instâncias que compõem o Sistema de Garantia dos Direitos dos adolescentes.....	18
9. PÚBLICO ALVO	19
10. METAS.....	19
10.1 Implantação do serviço de atendimento ao adolescente	19
10.2 Atendimento aos Adolescentes e às Famílias.....	20
11. INSTITUIÇÕES PARCEIRAS	20
12. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	21
12.1 Equipe Técnica e atribuições	21
12.1.1 Assistente Social.....	21
12.1.2 Pedagoga	22
12.1.3 Psicóloga	23
13. CONCLUSÃO	24
14. CRONOGRAMA	25
REFERÊNCIAS.....	26



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO MAUÁ

1. IDENTIFICAÇÃO

NOME DA ENTIDADE EXECUTORA: *Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social de Porto Mauá*

EQUIPE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO: *SILVANA A.PAGEL*

DATA DA ELABORAÇÃO: *Outubro 2014*

PERÍODO DE ABRANGÊNCIA DO PLANO: *2020- 2024*



2. INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo tem como prioridade social a Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelecendo principalmente a compreensão do adolescente em conflito com a lei, considerando sua condição peculiar de desenvolvimento, sendo a eles garantida a Proteção Integral com efetivação de seus direitos pessoais e sociais, com a criação de oportunidades que contribuam com o seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de dignidade.

Nesta direção, a proposta deste **Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Porto Mauá** é desenvolver ações integradas com a rede de atendimento à criança e ao adolescente nas áreas: educação, saúde, assistência social, trabalho, justiça e segurança pública, com o objetivo de proporcionar a efetivação dos direitos fundamentais consagrados ao adolescente na Constituição Federal em seu art. 227 e no **ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente** em seu art.4º, garantindo-lhe sua condição de cidadão, como também, estabelecendo a corresponsabilidade de família, comunidade, sociedade em geral e poder público em assegurar, por meio de promoção e defesa, os direitos de crianças e adolescentes.

A família, a comunidade, a sociedade em geral e o Estado são atores sociais com atribuições distintas, porém o trabalho de conscientização e responsabilização deve ser contínuo e recíproco.

Portanto a sociedade e o poder público devem cuidar para que as famílias possam se organizar e se responsabilizar pelo cuidado e acompanhamento de seus adolescentes, evitando a negação de seus direitos, principalmente quando se encontram em situação de cumprimento de medida socioeducativa. À família, à comunidade e à sociedade em geral cabe zelar para que o Estado cumpra com suas responsabilidades, fiscalizando e acompanhando o atendimento



socioeducativo, reivindicando a melhoria das condições do tratamento e a prioridade para esse público específico (inclusive orçamentária).

Compete ao Estado, à sociedade e à família dedicar a máxima atenção e cuidado a esse público, principalmente aqueles que se encontram numa condição de risco ou de vulnerabilidade pessoal e social.

Assim, todos os direitos garantidos pelo ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, o direito à vida e à saúde (Título II, Capítulo I); o direito a liberdade, ao respeito e a dignidade (Capítulo II); o direito a convivência familiar e comunitária (Capítulo III); o direito a educação, a cultura, ao esporte e ao lazer (Capítulo IV) e o direito a profissionalização e proteção no trabalho (Capítulo V) devem estar contemplados na elaboração das políticas públicas que envolvem os adolescentes em conflito com a lei.

A Constituição Federal e o ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe o **princípio da prioridade absoluta às crianças e adolescentes**, determinando a destinação privilegiada de recursos públicos para a área. Tal destinação inclui, também, os programas de atendimento das medidas socioeducativas.

3. PRINCÍPIOS

O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Mauá**, responsável por deliberar sobre a política de atenção à infância e adolescência – pautado no princípio da democracia participativa – apresenta o **Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Porto Mauá** ao Poder Público Municipal, a ser implantado no município de Porto Mauá a partir do segundo semestre do ano de 2014, **em consonância aos princípios e diretrizes determinados pelo SINASE - Sistema Nacional de atendimento Socioeducativo.**



Os princípios que permeiam o atendimento socioeducativo no país se orientam pelas normativas nacionais, sendo elas: a **Constituição Federal**; **Estatuto da Criança e do Adolescente**; a **Lei 12.594/2012 que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo** que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas aos adolescentes autores de atos infracionais. Somam-se a esses princípios, os tratados internacionais no qual o Brasil é signatário. Desse modo, as ações voltadas ao atendimento socioeducativo estão integradas as orientações do sistema de proteção e dos direitos da criança e do adolescente.

Nessa premissa, guiados pela Doutrina da Situação da Proteção Integral, os princípios do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Porto Mauá, busca contemplar:

- A) Garantia Integral dos Direitos aos adolescentes em cumprimento de MSE;
- B) Aplicação das medidas socioeducativas de forma a respeitar à capacidade do adolescente de cumpri-las, levando em consideração a gravidade do ato, sua realidade vivenciada e suas individualidades;
- C) Promover segundo o ordenamento jurídico a premissa que garanta o atendimento socioeducativo territorializado, com participação social e de gestão democrática, buscando ações intersetoriais e de responsabilização por meio da integração operacional dos órgãos que compõe o Sistema de Atendimento Socioeducativo.

4. DIRETRIZES

4.1 Assegurar a qualidade do atendimento socioeducativo de acordo com os parâmetros normativos vigentes no País – Constituição Federal, Estatuto da Criança e Do Adolescente, Lei 12.594/2012 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.



4.2 Promover a socioeducação por meio da construção de novos projetos pactuados com os adolescentes e famílias, consubstanciados em Planos Individuais de Atendimento.

4.3 Estimular e garantir o protagonismo, participação e autonomia de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e de suas famílias.

4.4 Primazia das medidas socioeducativas em meio aberto.

4.5 Garantir o acesso do adolescente ao Sistema de Justiça (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública) bem como, o direito de ser ouvido sempre que requerer.

4.6 Garantir o direito, priorizando a oferta e acesso à educação de qualidade, à profissionalização, às atividades esportivas, de lazer e de cultura aos adolescentes em cumprimento medida.

4.7 Garantir e priorizar o direito à educação para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e egressos, considerando sua condição singular como estudantes e reconhecendo a escolarização como elemento estruturante do sistema socioeducativo.

4.8 Garantir e priorizar o acesso aos programas de saúde integral, principalmente na política de Saúde Especializada.

4.9 Proporcionar a Integração operacional dos órgãos que compõem o sistema (art. 8º, da LF nº 12.594/2012).

4.10 Valorizar os profissionais da socioeducação e promover formação continuada.

4.11 Garantir a autonomia dos Conselhos dos Direitos nas deliberações, controle social e fiscalização do Plano e do SINASE.



5. OBJETIVOS

5.1 Objetivo Geral

Sistematizar o atendimento socioeducativo no Município de Porto Mauá, postulando estratégias protetivas, em consonância com o **ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA**, e com o **SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**, no sentido de proporcionar um atendimento sócio-educativo de qualidade.

5.2 Objetivo Específico

- Subsidiar a implantação do Serviço de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, em meio aberto;
- Garantir a manutenção e a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pela rede de atendimento socioeducativo;
- Conscientizar às famílias de sua importância na socialização do adolescente;
- Promover ações de prevenção da violência em suas diversas manifestações;
- Manutenção e qualificação dos serviços de atendimento socioeducativo aos adolescentes em cumprimento das medidas de prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida;
- Proporcionar conhecimentos aos técnicos e orientadores, sobre execução das medidas socioeducativas em meio aberto, conforme os parâmetros e diretrizes do **SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**;
- Fortalecer a rede de atendimento socioeducativo do Município;
- Fomentar ações, políticas e programas na área de adolescentes em conflito com a lei;



- Garantir nas dotações orçamentárias recursos, para a execução das ações previstas no Plano;
- Conscientizar Executivo e Legislativo municipal da importância de criar uma política de promoção de oportunidades aos jovens desta cidade, evitando o ócio e as drogas, incentivando o trabalho e os estudos.

6. MARCO LEGAL

6.1 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Com a promulgação do ECA em 1990, o Brasil rompe com antigos conceitos com relação a população infanto juvenil. Nessa nova perspectiva, as crianças e adolescentes passam a ser reconhecidos como pessoas em desenvolvimento, o que implica sobre tudo, na conversão da garantia de seus direitos postos como prioridade absoluta.

A partir desse novo marco legal, os trâmites voltados à compreensão, apuração dos atos infracionais, tomam formas legais pautados na dignidade humana, legalidade e excepcionalidade. Destarte, a apuração da prática de atos infracionais ganha espaço no artigo 103 do ECA, no qual “considera ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”, ainda nessa premissa, o artigo 104 rege que “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos”. Desse modo, ocorre a diferenciação de intervenção quanto à prática de atos infracionais realizados por crianças e adolescentes. Para os infantes até 12 anos incompletos é aplicado medidas protetivas previstas nos artigos 98 ao 101.

No tocante aos adolescentes em conflito com a lei, objeto de intervenção desse Plano Municipal de atendimento, o ECA delibera as medidas socioeducativas, devendo o Estado se responsabilizar por essa população.



Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I – advertência;
- II – obrigação de reparar o dano;
- III – prestação de serviços à comunidade;
- IV – liberdade assistida;
- V – inserção em regime de semi-liberdade;
- VI – internação em estabelecimento educacional;
- VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

Art. 113. Aplica-se a este Capítulo o disposto nos arts. 99 e 100.

Art. 114. A imposição das medidas previstas nos incisos II a VI do art. 112 pressupõe a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração, ressalvada a hipótese de remissão, nos termos do art. 127.

Parágrafo único. A advertência poderá ser aplicada sempre que houver prova da materialidade e indícios suficientes da autoria (BRASIL, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990).

O rol de medidas socioeducativas estabelecidas no artigo 112 do ECA, tem o intuito de responsabilizar o adolescente sobre seus atos, promovendo a reflexão de estar em conflito com a lei, buscando concretizar a inclusão familiar e comunitária, garantindo aos mesmos proteção integral por meio de ações atribuídas a uma rede intersetorial.

O Estatuto da Criança e do Adolescente inova também ao normatizar que os adolescentes só podem ser apreendidos em flagrante, garantindo no Art. 106:

“nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente. Parágrafo único. O adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos.” (BRASIL, Lei 8.069 DE 13 DE Julho de 1990).

Nessa ótica de garantia de Direitos, a Lei nº 8.069/1990 delibera ainda, ações que asseguram os direitos humanos, regendo ainda a lei que:



Art. 111. São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias:

I – pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente;

II – igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa;

III – defesa técnica por advogado;

IV – assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei;

V – direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente;

VI – direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento (BRASIL, Lei 8.069 de 13 de julho de 1990).

É válido salientar ainda, que as medidas socioeducativas possuem um caráter de duplo viés: de sanção e de proteção; a sanção no quesito de responsabilizar o adolescente frente a prática de atos infracionais e a de proteção assegurando aos mesmos seus direitos, cabendo a sociedade, ao Estado e a família promover a efetivação dos direitos a essa parcela da população vista nos parâmetros legais como prioridade nacional.

A trajetória da normatização das medidas socioeducativas e das ações de atenção aos adolescentes autores de atos infracionais no Brasil ficou marcada com a Resolução nº 119 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que regulamenta o SINASE.

O SINASE é composto por um “conjunto ordenado de princípios, regras e critérios de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve o processo de apuração de ato infracional até a execução de medidas socioeducativas” (CONANDA, 2006).

Este Sistema Nacional de Atendimento constitui-se em um grande marco da política pública voltado ao atendimento do adolescente em conflito com a lei, pois traz regulamentações no que se refere à Gestão, administração e execução das medidas socioeducativas. Tal normativa rege as atribuições nas três esferas: Federal, Estadual e Municipal, normatizando a execução de medidas socioeducativas desde recursos humanos, parâmetros arquitetônicos a recursos financeiros e responsabilidades orçamentárias.



Em 2012, promulga-se a Lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes autores de ato infracional, tal normativa em suas disposições preliminares rege:

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

§ 1º Entende-se por Sinase o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distritais e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei.

§ 2º Entendem-se por medidas socioeducativas as previstas no art. 112 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), as quais têm por objetivos:

I – a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;

II – a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e

III – a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei.

§ 3º Entendem-se por programa de atendimento a organização e o funcionamento, por unidade, das condições necessárias para o cumprimento das medidas socioeducativas.

§ 4º Entende-se por unidade a base física necessária para a organização e o funcionamento de programa de atendimento.

§ 5º Entendem-se por entidade de atendimento a pessoa jurídica de direito público ou privado que instala e mantém a unidade e os recursos humanos e materiais necessários ao desenvolvimento de programas de atendimento.

Art. 2º O SINASE será coordenado pela União e integrado pelos sistemas estaduais, distrital e municipais responsáveis pela implementação dos seus respectivos programas de atendimento a adolescente ao qual seja aplicada medida socioeducativa, com liberdade de organização e funcionamento, respeitados os termos desta Lei (BRASIL, Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012).

Ainda, as letras da lei trata das competências da União, Estados e Municípios, ficando sob-responsabilidade municipal:

Art. 5º Compete aos Municípios:

I – formular, instituir, coordenar e manter o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, respeitadas as diretrizes fixadas pela União e pelo respectivo Estado;



II – elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em conformidade com o Plano Nacional e o respectivo Plano Estadual;
III – criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto;
IV – editar normas complementares para a organização e funcionamento dos programas do seu Sistema de Atendimento Socioeducativo;
V – cadastrar-se no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo e fornecer regularmente os dados necessários ao povoamento e à atualização do Sistema; e
VI – cofinanciar, conjuntamente com os demais entes federados, a execução de programas e ações destinados ao atendimento inicial de adolescente apreendido para apuração de ato infracional, bem como aqueles destinados a adolescente a quem foi aplicada medida socioeducativa em meio aberto.

§ 1º Para garantir a oferta de programa de atendimento socioeducativo de meio aberto, os Municípios podem instituir os consórcios dos quais trata a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências, ou qualquer outro instrumento jurídico adequado, como forma de compartilhar responsabilidades (BRASIL, LEI Nº 12.594 de 2012).

§ 2º Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente competem às funções deliberativas e de controle do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, nos termos previstos no inciso II do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), bem como outras definidas na legislação municipal.

§ 3º O Plano de que trata o inciso II do caput deste artigo será submetido à deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 4º Competem ao órgão a ser designado no Plano de que trata o inciso II do caput deste artigo as funções executivas e de gestão do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 6º Ao Distrito Federal cabem, cumulativamente, as competências dos Estados e dos Municípios (BRASIL, Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012).

Delibera ainda o SINASE (2012), as orientações para a execução de cada medida socioeducativa exposta no artigo 112 do ECA, explicitando as atribuições dos programas de execução de medidas socioeducativas em internação, semiliberdade e em meio aberto. Destarte, em seu artigo 35, esta norma jurídica salienta os princípios norteadores da medida socioeducativa, sendo eles:

Art. 35. A execução das medidas socioeducativas reger-se-á pelos seguintes princípios:

I – legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto;
II – excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos;



- III – prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas;
- IV – proporcionalidade em relação à ofensa cometida;
- V – brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o art. 122 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- VI – individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente;
- VII – mínima intervenção, restrita ao necessário para a realização dos objetivos da medida;
- VIII – não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status e;
- IX – fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo (BRASIL, LEI 12.594 de 18 de janeiro de 2012).

Em um viés de incompletude constitucional, a política de atendimento Socioeducativo vislumbra a garantia prioritária e Integral de uma parcela da população brasileira, ou seja, os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e sua rede de apoio (familiares e/ou responsáveis).

Seguindo preceitos legais em novembro de 2013, é sancionado o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, trazendo como princípios:

- 1) Os adolescentes são sujeitos de direitos, entre os quais a presunção da inocência.
- 2) Ao adolescente que cumpre medida socioeducativa deve ser dada proteção integral de seus direitos.
- 3) Em consonância com os marcos legais para o setor, o atendimento socioeducativo deve ser territorializado, regionalizado, com participação social e gestão democrática, intersetorialidade e responsabilização, por meio da integração operacional dos órgãos que compõem esse sistema. (BRASIL, 2013, p. 9-10)

Contudo, o **Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Porto Mauá** dá cumprimento às indicações do **SINASE- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo** que reconhece a necessidade de sistematização das ações destinadas aos adolescentes em conflito com a lei, para execução nos anos de 2020 a 2024, com revisão anual e com o objetivo de disponibilizar a



proteção integral aos adolescentes, por meio da execução de metas e ações nos eixos:

- 1) Atendimento inicial;
- 2) Atendimento aos adolescentes e às Famílias;
- 3) Medida Socioeducativa: Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida;
- 4) Capacitação Profissional;
- 5) Sistema de Informação.

7. FINANCIAMENTO

A garantia de orçamento para a política de implementação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é primordial para que ele possa ser efetivado e para que tenha continuidade.

Para além do financiamento direto da Política de Assistência Social, devem ser previstos recursos das outras políticas setoriais, já que o adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas necessita de ações nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte e lazer, trabalho, entre outras.

Ainda, a Lei Federal n.º 12.594/2012 destaca que os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, define anualmente percentuais de recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no financiamento das ações previstas nesta Lei, em especial para capacitação, sistemas de informação e de avaliação.

Cabe destacar que, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, repassa regularmente recursos ao município para a execução do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas em Meio Aberto.

Sendo assim, por decorrência lógica da descentralização político-administrativa prevista na Constituição Federal, a responsabilidade pelo financiamento é compartilhada por todos os entes federativos (União, Estado,



Distrito Federal e Município). No entanto o repasse dos recursos financeiros é realizado através do cofinanciamento dos serviços da assistência social ao município, na modalidade Fundo a Fundo (Fundo Nacional de Assistência Social para os Fundos de Assistência Social municipais, estaduais e do DF) de acordo com os níveis de gestão do Sistema Único de Assistência Social.

8. MARCO SITUACIONAL

Porto Mauá é um município brasileiro do Estado do Rio Grande do Sul. O município inicia sua trajetória histórica por volta de 1912, quando colonizadores imigrantes de origem italiana, alemães, poloneses e luso-brasileiros passaram a habitar a região. Distrito do município de Tuparendi-RS, foi emancipado em 20 de março de 1992.

Porto Mauá se desenvolveu em função do Porto que liga a cidade com Alba Posse, na Província de Misiones, Argentina. Através deste Porto se realiza, desde os anos de 1930, o intercâmbio comercial, usando inicialmente barcos bem rústicos, evoluindo gradativamente para barcas de ferro que podem transportar até doze carros. O nome de Porto Mauá é uma homenagem a Irineu Evangelista de Souza, Barão de Mauá, Visconde de Mauá, gaúcho que se destacou pelo incentivo à navegação como meio de comunicação e transporte.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/2010 sua população estimada é 2.542 habitantes, sendo que 39% residem na sede do município e 61% no interior. Segundo a Pirâmide Etária (IBGE/2010), 409 são jovens com idade entre 10 a 19 anos.

O município situa-se na região do Alto Uruguai, região Noroeste-RS, a 540 km da capital do estado, Porto Alegre, e faz parte da Região do Grande Santa Rosa. A área de extensão geográfica é de 105,56km, altitude média de 142m (sede do município). O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH da microrregião



é de 0,698 e o Produto Interno Bruto per capita é de R\$ 11.274,00 (fonte: IBGE/2020).

Portanto, os dados da realidade local, o perfil e as necessidades dos adolescentes e a rede de serviços existentes; serviram de base para o desenvolvimento do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, sendo estes, fatores fundamentais para produzir o conhecimento necessário para a promoção de iniciativas voltadas a diminuição dos fatores de risco, promoção de proteção, desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes do município.

Contudo, de acordo com o Ministério Público de Santa Rosa/RS, no período de Janeiro a Dezembro de 2014, foram atendidas 05 ocorrências envolvendo adolescentes em prática de atos infracionais. Destes obtivemos o numero de 1 adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e 2 adolescentes internados em cumprimento de medida socioeducativa na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE).

No município de Porto Mauá, crianças e adolescentes contam com os serviços das diversas políticas públicas existentes no município:

- Na área de Assistência Social: O Município conta com Programas, Projetos e Serviços direcionados aos adolescentes com objetivo de desenvolver as relações interpessoais, potencialidades, habilidades, proporcionar experiências lúdicas, esportivas, estimulando o protagonismo e autonomia dos mesmos, através das atividades realizadas nos CRAS-Centro de Referência da Assistência Social.
- Na área da Saúde: A assistência de saúde está organizada para prestar a essa faixa etária um atendimento dentro dos princípios da atenção integral e humanizada, traduzindo-se nas estratégias de ações continuadas, multidisciplinares e integradas dirigidas a essa clientela. As ações integradas na adolescência fazem parte do Sistema de Serviços de Saúde, que busca acompanhar continuamente o cidadão que entra no Sistema Único de Saúde pela Unidade Básica de Saúde ou pelo Programa de



Saúde da Família. Sobre as situações de riscos na adolescência, a Secretaria de Saúde vem reafirmando as importantes parcerias institucionais e tendo cuidado no tratamento das questões mais complexas, integrando ações num sistema de rede que possa interligar os diversos programas já em funcionamento.

- Na área da Educação: Atualmente os problemas mais frequentes existentes na rede de ensino são dentre outros a não permanência do adolescente na escola; defasagem entre a idade do adolescente e série a ser cursada; ausência da família na escola; uso de drogas na escola. No entanto, observa-se também que, as escolas mesmo tendo disponibilidade de vagas apresentam resistência para a realização da matrícula escolar, principalmente quando se refere à adolescente em conflito com a lei.
- Na área de esportes: Temos a Escolhinha de Futebol Dr. José Antônio Grando, atualmente com 70 integrantes, onde é enfatizado o aprendizado do futebol, respeito, cultura esportiva e participação comunitária, realizando e participando de diversos campeonatos locais e regionais. Estes são mantidos pelo município que contrata o profissional e disponibiliza infraestrutura, ternos de camisetas e bolas. Para 2014 estão sendo implantadas as modalidades de Karatê e ginástica.
- Na área de cultura: projetos culturais, reciclagem, pintura em tela, artesanato, instrumentos musicais, dança e oficinas de música.
- Quanto à profissionalização: Uma parceria com o SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - que tem o objetivo da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, promovendo a capacitação do adolescente para o mercado de trabalho.

8.1 Instâncias que compõem o Sistema de Garantia dos Direitos dos adolescentes



- Conselho Tutelar;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Conselho Municipal de Assistência Social;
- Outras Conselhos de Políticas Setoriais, como Saúde e Educação;
- Promotoria da Infância;
- Defensoria Pública;
- Juizado da Infância e Juventude;
- Batalhão de Polícia Militar;
- Delegacia Regional de Polícia Civil;
- Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social;
- Secretaria Municipal de Educação.

9. PÚBLICO ALVO

Adolescentes de 12 a 17 anos 11 meses e 29 dias, autores de ato infracional, residentes no município de Porto Mauá e suas respectivas famílias.

10. METAS

10.1 Implantação do serviço de atendimento ao adolescente

- Criar resolução normativa, contendo o Plano de Atendimento Socioeducativo, encaminhar ao Prefeito Municipal, com a finalidade de executá-lo integralmente no município de Porto Mauá;
- Publicar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Porto Mauá no Jornal Informativo do Município;



10.2 Atendimento aos Adolescentes e às Famílias

- Fiscalizar a execução das medidas socioeducativas em meio aberto mediante programa socioeducativo para liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, criado pela equipe de proteção social, fiscalizando inclusive a aquisição de local adequado pelo município para tanto e a criação e implementação do programa;
- Estimular a articulação e interface com as políticas públicas, estabelecendo prioridade absoluta de atendimento para a política municipal de saúde ao atendimento das crianças e adolescentes;
- Estimular a participação da família no acompanhamento escolar do adolescente.

11. INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

- Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social – proporcionar em âmbito local o acesso à saúde, dentre outros.
- Secretaria Municipal de Educação – assistência educacional.
- Secretaria Municipal de Esportes – programas de apoio aos adolescentes.
- Vara da Infância e da Juventude.
- Ministério Público.
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Conselho Municipal de Assistência Social – desenvolver o exercício do controle social.
- Defensoria Pública.



12. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e avaliação do **Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do Município de Porto Mauá** será realizado pela Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, contando com a participação fundamental do **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Mauá, Conselho Municipal de Assistência Social** e demais instâncias de controle social. Este plano contém ações a serem executadas a curto, médio e longo prazo, num período de dez anos (2014 a 2024). Será revisado anualmente, ou a qualquer tempo em caráter extraordinário caso haja necessidade.

O Sistema de Monitoramento e Avaliação será realizado num processo sistemático e contínuo em todas as ações, onde possibilitará a mensuração dos indicadores de processo e resultados, por meio dos relatórios confeccionados mensalmente, onde são registradas as ações desenvolvidas no período, e que, justificam as ações previstas e não realizadas, bem como, relatório semestral de avaliação, que objetiva informar o desenvolvimento gradual e evolutivo das ações em relação aos objetivos propostos.

12.1 Equipe Técnica e atribuições

12.1.1 Assistente Social – JANAÍNA BUENO GOMES CARATI

Organizar a recepção e acolhida dos adolescentes e seus familiares;

- Elaborar os estudos de caso e relatórios técnicos dos adolescentes;
- Efetuar atendimentos individuais e de grupo com os adolescentes e familiares;
- Realizar visitas domiciliares para avaliação socioeconômica da família;
- Executar encaminhamentos dos adolescentes e familiares;
- Prestar atendimento às famílias dos adolescentes, colhendo informações, orientando e propondo formas de manejo das situações sociais;



- Informar, esclarecer e orientar os adolescentes durante o cumprimento de medidas socioeducativas e familiares destes no que concerne a seus direitos sociais;
- Providenciar a documentação civil dos adolescentes e familiares;
- Articular a rede de apoio, visando a inclusão social dos adolescentes;
- Acompanhar os adolescentes no cumprimento da Prestação de Serviços à Comunidade;
- Elaborar planos de intervenção para o desenvolvimento da ação socioeducativa personalizada junto aos adolescentes;
- Incluir os adolescentes em programas da comunidade, escola, trabalho, profissionalização, programas sociais, atividades esportivas e recreativas;
- Manter registro de dados e informações para levantamentos estatísticos;
- Cumprir as determinações processuais do Ministério Público referente à Prestação de Serviços à Comunidade.

12.1.2 Pedagoga – JANETE FROZZA

- Contribuir para a formação de cidadãos como sujeitos políticos conscientes, com discurso e prática críticas sobre a realidade;
- Atuar no estímulo, motivação, mediação e monitoria das ações socioeducativas de ensino e aprendizagem que promovam: o desenvolvimento de potencialidades e aquisições cognitivas educativas, socioculturais e laborais; o desenvolvimento cognitivo das condições de socialização e pleno exercício da cidadania; e, na efetivação, fortalecimento, reforço e reconstrução dos vínculos de escolaridade formal;
- Atuar na defesa, proteção, promoção e garantia do acesso à educação em toda sua plenitude enquanto direito social integrante dos direitos fundamentais da cidadania e em especial da criança e do adolescente;
- Internalizar a disciplina como elemento necessário para a vida coletiva, estabelecendo normas, regras e limites no âmbito das relações;



- Supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;
- Promover a capacitação do adolescente para o mercado de trabalho;
- Preparar o adolescente para a reinserção social da forma atuante e participativa para garantir a aprendizagem e construção de conhecimentos culturais, político-sociais considerados fatores fundamentais para sua reintegração.

12.1.3 Psicóloga – BRUNA MACIEL BLANC

- Acompanhar e dar suporte emocional do adolescente e de sua família, com foco na saúde mental dos envolvidos;
- Manter postura de acolhimento ao adolescente e à família, ao longo do programa socioeducativo;
- Sensibilizar o adolescente e sua família, para os aspectos relevantes das medidas a serem tomadas e o papel da família e do adolescente em empenhar-se em desenvolver da melhor maneira a medida;
- Estimular a participação da família no acompanhamento escolar do adolescente;
- Conscientizar às famílias de sua importância na socialização do adolescente;
- Promover ações de prevenção da violência em suas diversas manifestações;
- Aplicar testes e utilizar instrumentos específicos como recursos para compreender a psicodinâmica do adolescente com finalidade psicoterapêutica e ou de diagnóstico;
- Participar da análise e diagnóstico das condições de trabalho em busca da manutenção, qualificação e aperfeiçoamento do exercício profissional;
- Considerar alternativas geradoras de responsabilidade e qualidade de vida;



- Fortalecer o vínculo social, familiar, além de ajudar o adolescente a exercer sua cidadania, proporcionando sua inclusão social.

13. CONCLUSÃO

Desejamos através da execução deste documento que ora se finda garantir aos adolescentes em conflito com a lei do Município de Porto Mauá o acesso aos serviços de toda a rede articulada efetivando a proteção integral, com vistas a assegurar os direitos constituídos no ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente proporcionando o desenvolvimento psicossocial com dignidade a todos sem nenhuma distinção, exclusão ou discriminação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO MAUÁ

14. CRONOGRAMA

Objetivo	Ações	Responsável pela execução
	Realizar reunião com integrantes da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, Secretaria de Educação e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apresentação, discussão e revisão do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.	
	Realizar Reunião Extraordinária para Aprovação das alterações do Plano de Atendimento de Medida Socioeducativa.	
Implantar o Serviço Socioeducativo de Atendimento ao Adolescente	Criar Resolução Normativa contendo o Plano de Atendimento	CMDCA
	Publicar o Plano no Jornal Informativo do Município.	CMDCA
	Encaminhar o Plano ao Poder Executivo Municipal.	CMDCA
	Realizar Audiência Pública	CMDCA e Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social
	Reunião de Revisão do Plano de Atendimento da Medida Socioeducativa	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO MAUÁ

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente, Brasília, DF.

BRASIL. Lei Federal, de 05 de outubro de 1988. Constituição da República.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos – SDH. Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e Eixos Operativos para o SINASE. Brasília 2013.

BRASIL, LEI 12.594 de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).